

Infâncias contemporâneas e formas de sofrimento psíquico: interrogações, desafios e propostas¹

Analía Wald², Buenos Aires

A autora argumenta que a categoria de sofrimento subjetivo permite ampliar o campo de compreensão dos problemas, desvinculando-os da psicopatologia por meio da adoção de uma perspectiva complexa. Assim, os modos de sofrimento envolvem as formas como as crianças e os jovens são acomodados no contexto social. As transformações antropológicas da atualidade questionam a universalidade dos modelos teóricos, sendo a sexualidade um dos campos em que essas transformações são expressas em um regime marcado pela pluralidade, diversidade e fluidez. As práticas de subjetivação dissidentes ou minoritárias desafiam a psicanálise e promovem uma retomada de suas categorias, em particular a singularidade nos modos de construção da diferença simbólica. A autora questiona a noção de identidade e argumenta que repensar os processos de subjetivação como socialmente situados requer complexizar nossas hipóteses para que o corpus teórico da psicanálise avance sem renunciar à heterogeneidade das problemáticas e das pessoas.

Palavras-chaves: Psicanálise, Subjetivação; Diversidades; Complexidade; Contexto social

¹ Trabalho apresentado do XXI Simpósio de Infância e Adolescência da SPPA – *Formas extremas de padecimento psíquico na infância e na adolescência*, 12, 13 e 14 de setembro de 2019, na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), Porto Alegre.

² Médica, Psicanalista da Associação Psicanalítica da Argentina. PhD em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires.

Essas ambiguidades, redundâncias e deficiências lembram as que o doutor Franz Kuhn atribui a certa enciclopédia chinesa que se intitula 'Empório celestial de conhecimentos benévolos'. Em suas remotas páginas está escrito que os animais se dividem em a) pertencentes ao Imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cachorros soltos, h) incluídos nesta classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, l) etcétera, m) que acabam de quebrar o vaso, n) que de longe parecem moscas. (Borges, 1952/200, s/p)

Entendo a psicanálise como um pensamento vivo, que não diferencia as paredes do consultório da prática no campo social e institucional, uma forma de pensar que implica uma desconstrução permanente da própria práxis. A partir das discussões epistemológicas e arqueológicas propostas por Foucault, especialmente em seu texto *A arqueologia do saber* (2008), a ideia de que, para não se tornar dogmática, a psicanálise deve aplicar em si mesma os seus próprios instrumentos, perguntar quem fala e questionar a própria postura enunciativa. Interrogar as margens como forma de reflexão crítica para expandir os limites do dizível e do pensável é uma forma de reafirmar nossa posição ética.

As formas de sofrimento extremo na infância e na adolescência podem ser abordadas a partir de múltiplas perspectivas. Em um mundo cada vez mais globalizado e saturado de informações, difundem-se massivamente fórmulas diagnósticas que respondem às tentativas de encontrar explicações simples e lineares para fenômenos complexos³. Pelo contrário, as categorias *sofrimento psíquico*, ou *padecimento subjetivo*, transcendem a perspectiva psicopatológica para nos levar às diversas maneiras através das quais a dor faz parte da vida de crianças e jovens. Constituem um contraponto à inusitada criação de categorias diagnósticas nos últimos anos, que se relaciona com a crescente medicalização da vida e mercantilização da atividade científica. Assim, quando um problema é isolado

³ Além da heterogeneidade, a característica determinante de um sistema complexo é a interdefinibilidade e a mútua dependência das funções que cumprem ditos elementos dentro do sistema social (García, 2006).

ou definido, ele é denominado como uma “doença” ou “síndrome” (ADD, ADHD, *Oppositional Defiant Syndrome*, etc.), apelando-se para os estados e/ou planos de saúde a fim de que seja incluído dentro da cobertura. O paradoxo é que o pedido de inclusão é geralmente baseado em uma reivindicação de direitos, de modo que ocorre um conluio entre o direito à cobertura e o direito à não medicalização da vida (Stolkiner, 2012).

Mesmo com seus limites, a categoria de sofrimento subjetivo permite-nos ampliar o campo de compreensão dos problemas, deslocando-os da psicopatologia por meio da adoção de uma perspectiva que denominamos complexa⁴. Dificuldades que se manifestam na escola, como distúrbios de conduta, fobias escolares graves, formas de isolamento que foram pensadas como equivalentes depressivos, sintomas somáticos ou o franco desânimo e perda de vontade de viver, levam-nos a pensar que o meio social, responsável por marcar as condições de existência, tem impacto na produção de sofrimento psíquico (Wald, 2018a, 2019).

A partir do trabalho com crianças e adolescentes que correspondem ao que poderíamos chamar de subjetividades minoritárias, frequentemente em situações de vulnerabilidade (Wald, 2018b), surge a necessidade de questionar algumas formulações freudianas, repensando a escuta e a teorização analítica. O trabalho com subjetividades pertencentes a setores que não foram alcançados pela psicanálise confronta-nos com a ideia de que as crianças e seus pais não são *entidades soberanas*, mas que fazem parte de um contexto social com acomodações diferentes.

As transformações antropológicas da atualidade proporcionam-nos a oportunidade de insistir em um paradigma subjetivante, o que implica questionar a *universalidade* dos nossos modelos teóricos e dos modos como a razão hegemônica e a tendência à objetivação se infiltraram em nossas teorias, em nossa escuta e também em nossa forma de fazer pesquisa em psicanálise.

Diversidades sexuais

A sexualidade é um dos campos privilegiados em que assistimos as transformações das subjetividades contemporâneas, desde o binarismo clássico

⁴ A compreensão do sujeito no âmbito da complexidade (Morin, 2001) tem importantes implicações epistemológicas. Novos paradigmas de pesquisa e novas formas de colaboração que superem as barreiras entre as disciplinas são necessários. Azaretto e Ros consideram que os propósitos norteadores do diálogo da psicanálise com outros campos do conhecimento não são apenas cognitivos, mas também políticos, institucionais, retóricos – voltados para o próprio campo/ para o campo científico/ para a comunidade. “A fragmentação do conhecimento em campos disciplinares é subsidiária da divisão social do trabalho e, de acordo com essa lógica, a cada disciplina corresponde um objeto e um campo teórico específico” (Bello Díaz, 2003, citado por Azaretto & Ros, 2015, p. 59, tradução livre).

Analía Wald

até um regime marcado pela pluralidade, diversidade e fluidez, tanto no campo identificatório quanto no que diz respeito aos posicionamentos desejantes e às parentalidades.

Identities não binárias, identidades binárias dissidentes, posições desejantes fluidas que mudam, formas homoeróticas que coexistem com modalidades heteroeróticas sem maiores conflitos, homoparentalidades ou famílias monoparentais: os novos existenciários questionam a ideia de uma identidade consistente, sem hibridações, estável e sem nuances.

Trata-se de formas identitárias e de posições desejantes que nos convidam a rever e a desconstruir categorias centrais da teoria psicanalítica. Nesse ponto, a inclusão da diversidade na trama conceitual da psicanálise requer operações teóricas que implicam desnaturalizar imaginários instituídos: não se trata de abrigar o que ela interpela remendando o arcabouço teórico conhecido, mas de construir novas margens.

Em uma de suas *Problemáticas*, Laplanche (2003) já apresenta a questão de saber se a universalidade do complexo de castração, em sua oposição lógica e rígida “fálico/castrado”, é imperativa; se não existem modelos múltiplos de simbolização, mais flexíveis. Será que a diferença sexual anatômica pode deixar de ser o eixo central da constituição subjetiva e da construção da alteridade? Pareceria que as identificações – que acreditávamos imutáveis em seu papel de garantir a estabilidade estrutural de um sujeito – não o são, ou podem sofrer mutações sem que se produzam efeitos catastróficos na estruturação subjetiva.

Longe de fazer diagnósticos ou de definir anomalias tomando a sexualidade como eixo norteador sobre o qual devemos nos pronunciar, nós, psicanalistas, temos a oportunidade de abrigar os novos existenciários a partir de uma presença crítica que se interroga sobre essas margens em que o gênero e os processos de atribuição articulam-se no imaginário histórico-social e na produção de subjetividades. A ordem simbólica, responsável por reger os intercâmbios e delimitar prazeres mediante regulações do que é proibido e do que é permitido, materializa-se em construções históricas que se transformam ao longo do tempo. As atuais reconfigurações da parentalidade mostram redistribuições das funções de apoio, de transvasamento narcísico e transmissão de interdições ou delimitações dos prazeres que não coincidem com o materno ou o paterno, nem com uma referência particular (Cornu, 2004). As transmissões ocorrem de maneiras fragmentárias, nunca lineares ou deterministas. Como pensar as identificações nessas tramas complexas, os efeitos simbólicos na ordem da filiação e a diferença e a circunscrição em uma ordem socialmente regulada sem reduzir nossas hipóteses às categorias familiares clássicas que nomeiam os agentes envolvidos na criação?

No entanto, a desconstrução mais importante apresentada pelo campo das dissidências sexuais diz respeito à categoria de diferença. A diferença sexual anatômica é questionada como articuladora primária e fundadora da estruturação subjetiva, da mesma forma que se questiona o seu determinismo em relação à inscrição da diferença simbólica e ao registro da alteridade. Esse questionamento sustenta a sexualidade ampliada, o sexual pulsional, como a grande descoberta psicanalítica⁵. *Desontologizar* a diferença implica questionar o próprio modelo da diferença para pensar em singularidades e até mesmo, como já dizia Silvia Bleichmar (2016), nas *singularidades na construção das diferenças*. Nesse sentido, Paul Preciado (2019) afirma que as práticas de subjetivação dissidente promovem uma superação da epistemologia da diferença sexual. A multiplicidade contemporânea das posições de gênero e as reconfigurações das relações de aliança e filiação exigem que a psicanálise e os psicanalistas abandonem uma teoria sobre os processos de subjetivação que prescreva um único modo possível, ao mesmo tempo em que expulsa para a patologia as subjetividades com sexualidades diversas.

Desse modo, falar de *pluralidade* e de *diversidade* envolve outros questionamentos. Como os postulados psicanalíticos, baseados em uma cultura eurocêntrica e patriarcal, estão encarnados em cada sujeito singular? Embora, para os psicanalistas, a principal alteridade seja a do próprio inconsciente, encontramos pessoas inscritas em diferentes âmbitos referenciais onde as posições de gênero ou marcas étnicas resultam em modelos de inteligibilidade que estão histórica e culturalmente situados. “Há presentes, no plural, que são diferentes para cada um, de acordo com as categorias, as ontologias, os grupos aos quais estamos vinculados ou aos quais nos remeta a história” (Erison, 2019). Os “âmbitos políticos de percepção”, que são, ao mesmo tempo, “âmbitos sociais de memória” (Halbwachs, 1925), fundamentam-se no contexto social entendido como um grupo de pertencimento. Trata-se da pluralidade de memórias coletivas dentro de uma mesma sociedade que define pluralidade de âmbitos⁶. Quando nós, analistas, falamos do *Outro da época*, desconhecemos as relações de poder ao supor um *Outro* igual para todos. A resposta do *Outro*, o lugar que o *Outro* dá ao sujeito, é fundamental na construção da alteridade e do laço social na medida em que

⁵ “O que chamamos de sexualidade ‘ampliada’ é a grande descoberta psicanalítica, mantida do começo ao fim e difícil de conceitualizar, como o próprio Freud mostra ao tentar refletir sobre a questão, por exemplo, em sua *Introdução à psicanálise infantil*, claro, ligada mais ao fantasma do que ao objeto e, portanto, autoerótica, regida pelo fantasma, pelo inconsciente (...) Para Freud, o ‘sexual-pulsional’ é então [*exterior*] e mesmo anterior à diferença de sexos, inclusive a diferença de gêneros: é oral, anal ou para-genital” (Laplanche, 2006, p. 2, grifos do autor, tradução livre).

⁶ É evidente a influência de Halbwachs, autor falecido num campo de concentração em 1945, na obra de Piera Aulagnier (1991) e de Cornelius Castoriadis (1975/2013).

Analía Wald

constitui o umbral a partir do qual construímos, de forma recursiva, nossos próprios fantasmas da relação com o mundo social.

Na infância e na adolescência, o discurso escolar constitui o fragmento do discurso social que potencializa ou restringe os processos de subjetivação.

Os corpos na escola: o modelo médico

Hoje em dia, ainda vigoram as formas de disciplinamento através da medicalização e da negativização da diferença – neste caso, corporal e sexual – como ponto de apoio e de legitimação de cenários de desigualdade, além de certa forma de entender a administração dos corpos (alimentação, lazer, trabalho, descanso, higiene, saúde física) como encarregada de construir uma ordem moral e racional que tende à padronização e à homogeneização de gestos e gostos coincidentes com a exigência de universalização determinada pela sociedade de consumo.

O pesado maquinário escolar moderno, que produz ordens corporais disciplinadas, higiênicas, binárias e “rotinizadas”, parece estar enfraquecendo. No entanto, tendências para a desigualdade, homofobia, racismo, misoginia ou sexismo parecem estar presentes nos corpos, convocando os atores educacionais a se tornarem “carne” desses problemas.

É possível produzir na escola ordens corporais diferentes das mencionadas, com base no respeito às diferenças (de classe, gênero, etnia, religião ou orientação sexual), na justiça, na solidariedade, na empatia com o outro/a e na igualdade?

Como essas dimensões sócio-simbólicas afetam – sem dúvida contribuem para a produção de sofrimento psíquico – quando fazemos o diagnóstico de um menino, uma menina ou um jovem devido a seus problemas escolares? Graciela Frigerio (2008) diz:

Os discursos, é claro, tiveram e têm efeitos concretos na vida real das crianças atingidas pela forma como são nomeadas, e o leitor pode facilmente imaginar as ulterioridades dos *adjetivos qualificativos desqualificantes* (pobres, amorais, anormais, órfãos, em perigo, perigosos, excluídos, marginais ou outros equivalentes). [E se pergunta:] rotular as crianças expressaria a tentativa de controlar o que é desconhecido e perturbador para os adultos? (p. 2, tradução livre).

Tanto a escola quanto o consultório do psicanalista ou do médico podem funcionar como espaço de acolhimento, de reconhecimento e de acomodação subjetiva, ou podem repetir dinâmicas dessubjetivantes para crianças e jovens.

Diagnóstico e complexidade

Fui chamada para trabalhar em um problema de *agenda* na interface saúde-educação⁷. Os processos de globalização configuram um cenário de aumento da mobilidade das pessoas no mundo. Essa mobilidade traz, para as sociedades de recepção, novos problemas e desafios que precisam de visibilidade. Foi possível corroborar a existência de uma alta proporção de bilinguismo e/ou contato de línguas em estudantes migrantes ou filhos de migrantes de países vizinhos na Cidade de Buenos Aires, situação que poderia aproximar sensivelmente os migrantes internos provenientes de comunidades de nosso país, bem como de outros países geograficamente muito distantes (China, Coreia, etc.). A partir dos dados lançados na tese *Bilingüismo y contacto de lenguas, una zona gris en la salud escolar de Buenos Aires*⁸ e de acordo com outras pesquisas internacionais (Navarro Sierra, 2003), é oportuno levar em consideração a proporção de bilinguismo e/ou contato de línguas nas crianças para avaliar se alguns indicadores educacionais que evidenciam o fracasso escolar estão relacionados a uma situação de diglossia conflitiva (situação linguística que resulta do conflito entre as línguas em contato).

Na interfase saúde-educação, foi possível detectar certo desconhecimento e carência de ferramentas adequadas dos trabalhadores de ambos os setores que, à maneira de dispositivos, facilitariam a intervenção no problema. Nesse sentido, por exemplo, estaria incluída a falta de uma abordagem a partir da relatividade linguística, a qual afirma que cada gramática determina uma visão particular do mundo.

Observou-se que as ferramentas validadas para a avaliação de crianças se constituem de protocolos normatizados em que a singularidade não é ponderada. Às vezes, a busca de sinais clínicos na construção que vamos fazendo do *Outro* impede-nos de compreender que existem estilos comunicativos, filtros bioculturais ou visões de mundo que talvez expliquem ou esclareçam melhor quem está diante de nós.

⁷ Universidade de Buenos Aires. Faculdade de Medicina. Cadeira de Fonoaudiologia. Laboratório de Funções Cognitivas. *Bilingüismo e Interculturalidad: entre la realidad y el mito. Reflexiones sobre la Epistemología de nuestras prácticas.*

⁸ Universidade Nacional de Rosario, Centro de Estudos Interdisciplinares, Instituto da Saúde Juan Lazarte. Tese de mestrado. Autora: Ana Ester Fuks. Rosario. Dezembro de 2012.

Analia Wald

A heterogeneidade da população escolar da cidade exige respostas específicas e adequadas às características socioculturais das populações para garantir a saúde integral das crianças dos setores sociais mais vulneráveis.

Quais são as nossas ferramentas diagnósticas para fazer uma avaliação clínica das crianças e adolescentes que nos consultam?

M tem 9 anos, nasceu no Paraguai e foi encaminhado ao nosso programa assistencial⁹ porque não lê e está muito agressivo. A mãe revela que o problema de M começou na leitura, então se deram conta de que ele não falava e nem pronunciava bem. Só algumas palavras. “Então ele não sabe ler”, afirma, e por isso repetiu o ano.

Quando M tinha 6 meses de idade, sua mãe veio morar na Argentina e deixou M com a avó materna. A mãe não relata nenhum conflito: “sem problema”, “tudo bem” diz, sem mencionar nada sobre a história de vida de M naqueles tempos. Aos seis anos, M foi trazido para morar na Argentina.

A mãe conta que, desde que chegou a Buenos Aires há três anos, seu filho fala espanhol, mas no Paraguai falava somente guarani, e não ia ao jardim de infância. Estava com os avós. Agora, diz, se falam com ele em guarani, ele não responde. Ele entende, mas não fala.

M, quando questionado sobre o Paraguai, diz que lá é diferente: “Tem estradas de terra, casas de madeira”, conta, “Quando eu era bebê, [a mãe] nos deixou lá” e não os visitava porque é longe. Ao ser perguntado sobre a troca de país, diz que achou ruim, “porque tenho muita saudade da minha avó”.

M é uma criança calada. Quando é cumprimentado ou lhe fazem várias perguntas fora do consultório, praticamente não responde, fica em silêncio.

Ele está muito atento ao que a terapeuta faz, pergunta o que farão e sobre alguns elementos do ambiente (gravador, o motivo da escrita, etc.)

O discurso de M é compreensível, mas apresenta algumas dificuldades na pronúncia da língua. Isso não limita a sua possibilidade de comunicação, mas há certas restrições no desenvolvimento de vocabulário: existem coisas que não pode nomear.

Em suas produções gráficas, aparecem elementos paranoides, tanto nas imagens quanto nas verbalizações.

No trabalho com a produção leitora, a terapeuta lê em voz alta o conto

⁹ Programa de Assistência Psicopedagógica. Secretaria de Extensão Universitária. Faculdade de Psicologia da Universidad de Buenos Aires. Diretor: Analia Wald. O programa de assistência recebe consultas de crianças e jovens pertencentes a setores vulneráveis, encaminhados pelas Equipes de Orientação Escolar da Cidade de Buenos Aires. Em 2014, o programa incorporou uma nova sede no Serviço de Pediatria, no âmbito do Programa da Faculdade de Psicologia do Hospital de Clínicas. O programa é a matriz do Projeto de Pesquisa UBACyT “Problemas de aprendizagem: complexidade e abordagem interdisciplinar”.

La plapla, de María Elena Walsh¹⁰ (1966), já que M insiste que não sabe ler. A história trata do encontro de Felipito com uma letra fictícia.

Chamado a fazer inferências e sínteses sobre o que foi lido, responde de forma limitada e dá a impressão de ter entendido o que o terapeuta leu, mas suas respostas são breves e sucintas. Quando lhe apresentam uma situação hipotética sobre o que imagina que faria se fosse Felipito (personagem da história) e encontrasse uma plapla (letra fictícia), ele responde: “matá-la, porque vai sujar todo o meu caderno”.

Na história, a plapla é uma letra que causa um grande rebuliço entre as crianças, representando os aspectos desconhecidos. A resposta de M mostra a sua dificuldade frente às novidades, que são vividas como disruptivas e ameaçadoras, em consonância com seus próprios aspectos pulsionais, os quais não encontram contenção.

Assim, em M, a instabilidade de origem fratura a sua possibilidade de contato com o mundo. As dificuldades fonológicas e linguísticas entrelaçam-se na problemática psíquica, nos lutos pendentes de elaboração. M não quer que a sessão termine, não quer se despedir. Fica irritado e agressivo na hora de terminar. Expressa a necessidade de um referencial estável capaz de conter as suas ansiedades e lhe proporcionar segurança.

Em nosso programa assistencial, incorporamos os aspectos socioculturais, simbólicos e linguísticos, assim como a maneira com que estes se entrelaçam de modos singulares com as problemáticas psíquicas e subjetivas na história de cada criança. A migração implica uma ruptura com os referenciais identificatórios de base, perdas e lutos que dificultam novas aquisições e complexizações. A língua materna não é uma língua qualquer, mas aquela cujos enunciados tornam-se carne no corpo de uma trama onde não é possível diferenciar afetos, palavras e conquistas identificatórias que conferem à criança uma estabilidade psíquica mínima para o seu desenvolvimento social (Cabral, 2016).

D, de 11 anos, é encaminhado ao serviço porque não se adapta aos novos colegas, briga e morde na escola. Chegou da República Dominicana há quatro meses e, na escola, consideram que a mãe reage de forma paranoica toda vez que é chamada por causa dos distúrbios de conduta de D. Na entrevista, a mãe conta que veio para Buenos Aires com D e seu irmão menor porque este último precisa ser operado de uma hérnia, cirurgia esta que não pôde ser realizada em seu lugar de origem. O pequeno tem muitas dores. Por sorte, já tem data para a cirurgia. Contudo, ela não entende por que ligam o tempo todo da escola, sabe que D “se comporta mal”, mas não sabe o que mais pode fazer. Diz que não pode deixar de

¹⁰ Acessível em <http://tra62.blogspot.com/>

Analía Wald

trabalhar para ir à escola todos os dias. Também conta que sente saudade dos outros dois filhos, de 15 e 17 anos, filhos de outro casamento, que moravam com ela na República Dominicana e que não puderam vir.

Na entrevista com a terapeuta, D conta que mora na praia, que seu pai tem uma espécie de carrinho para transportar turistas... Eu penso na cidade grande em que moram agora, em um quarto pequeno, cercado de cimento, em um dos bairros mais populosos e centrais de Buenos Aires. A terapeuta pergunta do que ele brincava com seu irmão de 15 anos, que ficou na República Dominicana. D responde no tempo presente, fala das brincadeiras, se entusiasma, ri... Aí me dou conta: D ainda não chegou em Buenos Aires, não quer chegar... Penso nos meus próprios filhos, que eles sabem quando vão se ver de novo, nos componentes erógenos e libidinais ligados à origem, no abraço impossível...

Também na escola, o grupo histórico-cultural de referência de cada pessoa funciona como um eixo regulador para a assimilação do novo e do diferente. O que acontece quando se propõe um único discurso, produto de uma matriz homogeneizante (*escola crisol de raças*) que sustenta um referencial identificatório excludente do diverso e propõe uma ruptura com a origem? Se o que é novidade não encontra um ponto de ancoragem simbólico, torna-se estranho ou inclusive persecutório.

Subjetivação, simbolização e socialização são dimensões de um mesmo processo onde é fundamental o papel do *Outro*, que não é apenas o cuidador, mas o grupo cultural de referência, que exerce o mesmo discurso antecipatório e dá lugar ao pequeno sujeito (Aulagnier, 1991). Um nome, uma filiação ou uma vaga na escola são pontos do documento de cidadania para um sujeito que, em contrapartida, assume lugares, objetos, pessoas, vozes, canções, rituais e modos de falar da cultura que reconhece como própria. Isso tudo se torna uma referência capaz de auxiliar a criança na elaboração de um projeto de identificação.

Apropriar-se de ideais e posições desejadas em sua cultura não é apenas condição para um desenvolvimento social agradável e satisfatório, mas algo que permeia todos os processos de constituição psíquica. A lateralização, a visão binocular, a articulação fonológica e os diversos processos que envolvem o eixo psicossomático ocorrem no interior de culturas específicas. Muito antes de começarem a escrever, as crianças que vivem em culturas ocidentais desenham da esquerda para a direita, mostrando que os esquemas motores são articulados com padrões culturais. Isso apresenta uma especificidade para crianças migrantes de países asiáticos.

Em suma, os aspectos linguísticos devem ser incorporados e pensados em relação ao legado cultural e identificatório de cada criança, o que exigiria romper

com o ideal de homogeneização, além de incorporar a possibilidade de trajetórias educacionais personalizadas.

Para concluir... a incerteza

Podemos nos perguntar o quê a experiência com subjetividades diversas traz para a psicanálise. Não se trata simplesmente de acomodar a diversidade a partir de um discurso baseado em direitos plurais. Repensar os processos de subjetivação como socialmente localizados requer uma aproximação às realidades culturais para tornar nossas hipóteses mais complexas. Pensar a questão em termos complexos distancia-nos de um certo essencialismo identitário que nos levaria a conferir a cada grupo, ou a cada pessoa, uma identidade homogênea e uniforme baseada em um traço ou no pertencimento a um grupo. O filósofo François Jullien (2009) nega a existência do que conhecemos como identidade cultural porque a identidade é estática, unitária, ao contrário da cultura, que é coletiva e está em constante mutação. Jullien propõe uma nova forma de abordar as realidades culturais: o *écart*, ou seja, a distância, o espaço que existe entre as culturas, entre seus elementos, um lugar fértil onde suas características brilham¹¹.

Dar espaço às diversidades questiona o pensamento hegemônico. Trata-se de pensar outras lógicas, uma lógica que não implique em exclusão, alteração¹² ou subalternidade¹³ quando incorporamos as experiências minoritárias. Há alguns

¹¹ A crítica do *essencialismo identitário*, que afirma que todas as identidades, sejam elas de gênero ou classe, étnicas ou de outro tipo, foram construídas socialmente e, portanto, são contingentes, coincide com a ideia de que não existem essências no mundo social. No entanto, chama a atenção o fato de que, na vida cotidiana e nas lutas sociais, as pessoas frequentemente refiram-se a tais essências. Gayatri Spivak (2011) refere-se ao conceito de *essencialismo estratégico*, o qual afirma que um grupo de pessoas é capaz de aderir *provisoriamente* a uma essência que pode ser útil estrategicamente para sentir que faz parte, agrupar-se em coletividades e trabalhar a favor da emancipação.

¹² “Com este termo, designo o mecanismo de identificação projetiva que constitui um grupo minoritário como ‘outro’, em uma polissemia para onde convergem os sentidos de ‘outro’ do Ocidente, construído pelo orientalismo, do outro internalizado apontado por F. Fanon, mas também da alteridade representada, ao mesmo tempo, como inferior e ameaçadora. Esses outros, no entanto, formam um grupo apenas em função da exclusão de que se tornam vítimas, a qual os uniformiza no momento em que lhes atribuí os mesmos traços negativos, para definir, em contraste, a identidade de um grupo majoritário. Um grupo alterizado não é uma comunidade identitária, mas uma categoria naturalizada por discriminação, em relação a qual é conferida uma identidade homogênea, outra. A pretensão de ajustar as subjetividades às normas vigentes equivale a aniquilar qualquer alteridade própria da singularidade subjetiva” (Ayouch, 2017, s/p, tradução livre).

¹³ Em seu livro *¿Puede hablar el subalterno?* (2011), Gayatri Spivak refere-se ao status do sujeito subalterno que, embora fisicamente capaz de falar, não tem a possibilidade de se expressar e ser ouvido. O discurso dominante torna o colonizado ou subalterno incapaz de raciocinar por si mesmo, sempre necessitando da mediação e da representação do que Spivak chama de “o intelectual do primeiro mundo”.

Analía Wald

anos, Judith Butler e outras pensadoras feministas apontam rotas voltadas para o enfraquecimento do sistema hegemônico global, classista, racista e sexista, enfatizando as lógicas do centro e das margens. Bell Hooks sugere, a partir das margens de gênero, classe e raça, fazer da margem o centro, gerando uma cultura e um pensamento crítico efetivo (Hooks, 2000). Há pouco, Rita Segato (2019) argumentou que o feminismo deve ser concebido como uma pluralidade de mulheres, uma pluralidade de sexualidades. Convidava assim a pensar os gêneros e as raças como categorias centrais em um contexto cada vez mais disciplinador, bem como a violência de raiz “conquistual” e colonial, e suas sequelas e impactos no presente.

Na medida em que pensamos a psicanálise como um discurso essencial para o pensamento crítico, recuperar os processos de subjetivação das margens e fazer da margem o centro envolve a diversidade e a pluralidade no interior de nossa própria teoria e de nossas práticas.

Nossas teorias sobre a constituição psíquica estão baseadas em mecanismos de poder que sustentam a heterossexualidade obrigatória, repetindo formas arcaicas de violência.

Não há teoria a não ser localizada e situada (Wynne, 2004), e essa postura encontra referenciais epistemológicos e metodológicos que nos permitem fazer o corpus teórico da psicanálise progredir sem renunciar à heterogeneidade das problemáticas e das pessoas. A particularidade que torna cada caso singular desestabiliza as nossas convicções, não podendo ser a aplicação automática do pensado. A construção de um caso não é um exemplo, mas é a interrupção do pensamento habitual, é a particularidade que sintetiza de forma hologramática sua própria complexidade e seu próprio contexto, assim como uma época e a fragilidade de nossa própria incerteza. □

Abstract

Contemporary childhoods and forms of psychic suffering: questions, challenges and proposals

The author argues that the category of subjective suffering enables the expansion of the field of problem-understanding, moving problems away from psychopathology and adopting a complex perspective. As such, the forms of suffering encompass the ways in which children and young people are placed in the social context. The anthropological transformations of today question the *universality* of theoretical models, sexuality being one of the fields where these transformations are expressed

in a framework marked by plurality, diversity and fluidity. Dissident or minority subjection practices challenge psychoanalysis and lead to a revisitation of their categories, especially the uniqueness in the modes of construction of symbolic difference. The author questions the notion of identity and proposes that rethinking the processes of subjection as *socially placed* requires supplementing our hypotheses in order to advance the theoretical wealth of psychoanalysis without repudiating the heterogeneity of problems and people.

Keywords: Psychoanalysis; Subjection; Diversity; Complexity; Social context

Resumen

Infancias contemporâneas y las formas de padecimiento psíquico: interrogantes, desafíos y propuestas.

La autora plantea que la categoría de sufrimiento subjetivo permite ampliar el campo de comprensión de las problemáticas, descentrándolas de la psicopatología y adoptando una perspectiva compleja. De este modo, las formas de padecimiento involucran los modos en que los niños y jóvenes son alojados en el contexto social. Las transformaciones antropológicas de la actualidad cuestionan la *universalidad* de los modelos teóricos, siendo la sexualidad uno de los campos donde estas transformaciones se expresan en un régimen marcado por la pluralidad, la diversidad y la fluidez. Las prácticas de subjetivación disidentes o minoritarias interpelan al psicoanálisis y promueven una revisitación de sus categorías, particularmente la singularidad en los modos de construcción de la diferencia simbólica. La autora cuestiona la noción de identidad y plantea que repensar los procesos de subjetivación en tanto *socialmente situados* requiere complejizar nuestras hipótesis para hacer progresar el corpus teórico del psicoanálisis sin renunciar a la heterogeneidad de las problemáticas y las personas.

Palabras clave: Psicoanálisis; Subjetivación; Diversidades; Complejidad; Contexto social

Referências

Aulagnier, P. (1991). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu.

Ayouch, T. (2017, 7 de julio). Poder y psique: para un psicoanálisis más allá de la ‘función-psi’.

Analía Wald

- Normas y subjetivaciones menores. *Topia, un sitio de psicoanálisis, sociedad y cultura*. Recuperado de <https://www.topia.com.ar/articulos/poder-y-psique-un-psicoanalisis-mas-alla-funcion-psi> (Original presentado en la *Conferencia en el Foro de Psicoanálisis y Género de la Asociación de Psicólogos de Buenos Aires, en 8 de abril, 2017*)
- Azaretto, C. y Ros, C.B. (2015). Las relaciones del psicoanálisis y otros campos de saber en términos de multidisciplinaria-interdisciplinaria-transdisciplinaria. *VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXII Jornadas de Investigación Décimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR*. Facultad de Psicología – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Recuperado de <https://www.aacademica.org/000-015/690.pdf>
- Hooks, Bell. (2000). *El feminismo es para todo el mundo*. [Traducción de Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofia Moreno, Maira Puertas Romo, Sara Vega González]. Madrid: Traficantes de sueños, 2017. Recuperado de https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map47_hooks_web.pdf
- Bleichmar, S. (2016). *Vergüenza, culpa, pudor. Relaciones entre la psicopatología, la ética y la sexualidad*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós. Recuperado de <https://www.bibliopsi.org/docs/lectura-brote/Verg%C3%BCenza.%20culpa.%20pudor.%20Relaciones%20entre%20la%20psicopatolog%C3%ADa.%20la%20%C3%A9tica%20y%20la%20sexualidad.pdf>
- Borges, J.L. (2000). *El Idioma Analítico de John Wilkins/ The Analytical Language of John Wilkins*. [PDF]. Olympia/ Washington: The Evergreen State College. (Trabajo original publicado en *Otras Inquisiciones*, 1952). Recuperado de <https://sites.evergreen.edu/wp-content/uploads/sites/226/2016/09/jorge-luis-borges-the-analytical-language-of-john-wilkins-1.pdf>
- Cabral, A.C. (2016). La formación analítica, el registro identificatorio y la construcción del “sí mismo”. *Trabajo presentado en las Jornadas Lacan en IPA*. Ciudad de Mexico. Recuperado de <https://www.apuruguay.org/sites/default/files/Rev.APdeBa.%20%20Dr%20Alberto%20Cabral.pdf>
- Castoriadis, C. (2013). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tousquets. (Trabajo original publicada en 1975)
- Cornu, L. (2004). Transmisión e institución del sujeto. Transmisión simbólica, sucesión, finitud. En G. Frigerio & G. Diker (Comp.), *La transmisión en las sociedades, las instituciones y los sujetos. Un concepto de la educación en acción*. Buenos Aires: Noveduc-cem, 2009.
- Eribon, D. (2019, 23 de junio). El yo que habito. *Suplemento Radar*. Recuperado el 7/7/2019 de <https://www.pagina12.com.ar/201935-el-yo-que-habito>
- Foucault, M. (2008). *La arqueología del saber*. (Trad, A. Garzón del Camino). Buenos Aires: Siglo XXI.
- Frigerio, G. (2008). *La división de las infancias. Ensayo sobre la enigmática pulsión Antiarcóntica*. Buenos Aires: Del estante editorial.
- García, R. (2006). *Sistemas complejos. Conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria*. Barcelona: Gedisa.
- Halbwachs, M. (1925). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Francia: Puf.

Infâncias contemporâneas e formas de sofrimento psíquico: interrogações, desafios e propostas

- Jullien, F. (2009). *La identidad cultural no existe*. España: Taurus, 2017.
- Laplanche, J. (2003). *Castración. Simbolizaciones. Problemáticas II*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (2006). El género, el sexo, lo sexual. *Alter Revista de Psicoanálisis*, 2 – El género en la teoría sexual, en línea, 1-15. Traducción: Deborah Golergant [La traducción de este texto ha sido revisada en junio de 2013]. Recuperado de <https://revistaalter.com/psicoanalisis-jean-la-planche/revista/numero-2/>
- Morin, E. (2001). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Ed Gedisa.
- Navarro Sierra, J.L. (2003). *Inmigración en España y conocimiento de la lengua castellana. El caso de los escolares inmigrados en Aragón*. Universitat de Lleida. L-1291-2005 ; ISBN 8468957887; Recuperado de <http://www.tdx.cat/TDX-1212105-170542>
- Preciado, P. (2019, 28 de junio). Me di cuenta de que cuando socialmente no percibes la violencia es porque la ejerces. *Diario Página 12*. Recuperado el 7/7/2019 de <https://www.pagina12.com.ar/202789-me-di-cuenta-de-que-cuando-socialmente-no-percibes-la-violen>.
- Segato, R. (2019, 6 de marzo). Estamos por dar vuelta la página de la prehistoria patriarcal. [Inauguración de la Cátedra de Pensamiento Incómodo]. *Noticias UNSAM*. Recuperado el 7/7/2019 de <http://noticias.unsam.edu.ar/2019/03/06/rita-segato-en-la-unsam-estamos-por-dar-vuelta-la-pagina-de-la-prehistoria-patriarcal/>
- Spivak, G. (2011). *¿Puede hablar el subalterno?* Buenos Aires: Editorial El cuenco de plata.
- Stolkiner, A y Ardila Gómez, S. (2012). Conceptualizando la Salud Mental en las prácticas: consideraciones desde el pensamiento de la medicina social/salud colectiva latinoamericanas. *Vertex Revista Argentina de Psiquiatría*, 23(101), 57-67.
- Wald, A. (2018a). ¿Qué es lo que difiere, quién difiere?. *Trabajo presentado en el Panel “Diferencia, Diversidad, Singularidad. Tres perspectivas en relación con la difference”*. Jornadas de Psicoanálisis y Educación APA-UBA. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 7 de noviembre de 2018.
- Wald, A. (2018b). Notas sobre vulnerabilidad y desamparo en la infancia. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 127. *Desamparo*, 90-102.
- Wald, A. (2019). Sexualidades ¿Géneros? Apuntes sobre disidencias, diferencias y diversidades. *Trabajo presentado en el Interregional de Niñez y Adolescencia*. Montevideo, Uruguay, 30 de Agosto de 2019.
- Wynne, B. (2004), “¿Pueden las ovejas pastar seguras? Una mirada reflexiva sobre la separación entre conocimiento experto – conocimiento lego”, *Revista Colombiana de Sociología*, Nº 23: 109-157.

Recebido em 30/09/2019

Aceito em 04/12/2019

Tradução de **Ernani Ssó**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Vânia Elisabete Dalcin**

Analía Wald

Analía Wald

Pirovano 642. (1640)

Martinez – Buenos Aires – Argentina

awald@psi.uba.ar

© Analía Wald

Versão em português da Revista de Psicanálise da SPPA